



Mesa buscou refletir sobre a transformação do ambiente de trabalho para uma melhor vivência

O Trabalho como Vivência e a Instituição que Queremos

O presente texto relata parte das discussões acerca do tema “O Trabalho como vivência e a Instituição que Queremos”, tratado durante a Mesa-Redonda no II Seminário Anual de Servidores (SAS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS. A mesa foi coordenada pelo professor Amilton de Moura Figueiredo, o Pró-Reitor de Ensino do IFRS, e composta pelos debatedores Rudinei Muller, professor do Câmpus Bento Gonçalves, Fábio Marçal professor do Câmpus Restinga, Adriana Ramos, Técnica Administrativa do Câmpus Porto Alegre e Marcelo Schmitt o professor do Câmpus Porto Alegre. participaram da mesa também como relatores Clúvio B. Soares Terceiro, Professor do Câmpus Porto Alegre e Simão Mendes de Moraes, professor do Câmpus Caxias do Sul.

Na abertura dos trabalhos, o coordenador da mesa salientou que a escolha

do tema tem por objetivo provocar a reflexão no sentido de melhorar a vivência através da transformação do ambiente de trabalho, bem como em relação ao respeito às diferenças e o reconhecimento de que os seres humanos são seres incompletos e em constante construção. Ressaltou ainda que este projeto inacabado envolve o ser e o viver, pressupostos fundamentais para a construção do IFRS. A seguir, os debatedores realizaram apresentações individuais sobre a temática focando aspectos diversos a partir de diferentes perspectivas. Após, abriu-se espaço para um debate amplo com perguntas e participação do público presente no auditório.

O professor Rudinei Muller, abrindo a rodada de explanações dos debatedores, discorreu sobre a concepção de Trabalho e o papel do Trabalho na vida, organizando sua fala nos seguintes eixos:

- Evolução histórica do conceito de trabalho;
- O trabalho na sociedade capitalista;
- Lugar e resultados do trabalho;
- Sentido do trabalho;
- Concepção de vida em segundo plano.

Ao abordar o conceito de Trabalho, iniciou enfatizando o sentido negativo atribuído ao trabalho, vinculado a etimologia do termo que deriva do substantivo latino tripalium, um instrumento de tortura usado na Roma antiga em que os escravos eram amarrados para o suplício, refletindo que o trabalho não é apenas um meio de dignificar o homem, mas também de oprimi-lo. Através desse recorte, traçou um percurso das relações de produção e de trabalho, desde a Grécia, período em que os que não trabalhavam preocupavam-se com a política e com a religião. Seguiu sua explanação passando pela Idade Média até a Revolução Francesa e a consolidação dos princípios que efetivam o trabalho no processo de produção capitalista, vinculado à produção de lucro, mediante a construção de espaços e a exploração do trabalho. Ao citar Marx, lembrou que, o trabalho alienado conduz à fuga do trabalho, contribuindo com a reprodução do capital, fazendo com que o homem não se realize, ratificando a lógica do capitalismo que é de dominação e exploração.

Considerando o histórico exposto, o professor Rudinei Muller explanou que pensar o trabalho como vivência exige enfrentar as contradições a ele inerente. Em relação à realidade institucional, o professor Rudinei ressaltou que é preciso pensar como construir um ambiente como um lugar de realização, com participação coletiva, fruto de um processo de educação. Enfocou também a necessidade de enfrentar as condições reais que intimidam a participação coletiva.

Por fim, falou que para discutir o conceito de trabalho é necessário também

discutir o conceito de sociedade capitalista, a divisão de classes e a exclusão. Assim, os servidores públicos têm a possibilidade de construção coletiva nos espaços de contradição da sociedade capitalista.

Já o professor Fábio Marçal tratou sobre as relações entre o Trabalho e a Educação sob a perspectiva da “natureza do Trabalho em Educação e o conceito de Escola, abordando as peculiaridades do trabalho que ocorrem no interior da escola, em relação a fluxos, processos, trâmites e embates do processo educativo escolar. Com o áudio da música de Chico Buarque “Vai trabalhar vagabundo”, provocou os participantes a refletirem questionando sobre o quanto do que nela é expresso, está presente no cotidiano do IFRS. A seguir, salientou a relação entre a música e o processo capitalista da segunda metade do século XX no Brasil, questionando “onde fica o trabalho como constituidor do ser humano?”.

O professor Fábio frisou a questão de que o trabalho é humanizador, cria identidade, sendo que trabalhando, educa-se e educando-se, trabalha-se. No mesmo sentido, ressaltou que não nascemos humanos, nos humanizamos pelo e no trabalho. Lembrou que Paulo Freire tem muito a ensinar sobre isso, pois concebe o papel formativo do trabalho como uma prática constituinte do ser humano.

A seguir, abordou a perspectiva de que, no capitalismo o trabalho remete a prêmio, o que distorce o seu significado, pois está no centro das disputas de classes. Partindo desse conceito, fez os seguintes questionamentos: “Que classes sociais estudam no IFRS?” “Como tornar o IFRS mais atrativo para classes com maior poder aquisitivo?”

Partindo dessa provocação, relatou que o trabalho vira mercadoria no Capitalismo pelo processo de venda da força de trabalho. As relações de trabalho tornam-se neutralizadas na medida em que o trabalho como mercadoria torna-se a

forma hegemônica de trabalho e nega as outras formas de trabalho existentes ao longo da história. O mundo “lá fora é mercado de trabalho”, não há como negar, mas podemos no processo educativo nos tornarmos críticos deste trabalho desumano e opressor que torna o trabalho mercadoria.

O modelo de escola atual surge em conjunto com a fábrica, tendo a finalidade de adaptar o trabalhador a esse novo tipo de trabalho. Assim, pensar Escola e Educação dissociada do Trabalho é superficial e ingênuo. É preciso formar alunos críticos que transformem o mercado de trabalho. O grande desafio da escola é construir valores capazes de atender aos interesses do conjunto da humanidade. Há uma desintegração da escola *stricto sensu* e a escola da vida, pois separa conteúdos, disciplinas, formação geral e específica. O Proeja surge como possibilidade de uma nova articulação para repensar a educação e o trabalho.

Para finalizar, ressaltou que se faz necessário construir valores capazes de atender aos interesses do conjunto (coletivo) da humanidade e conceber o trabalho politicamente engajado, reconhecendo o sujeito em uma sociedade de classes, suas contradições e disputas.

Na sequência, Adriana Ramos, iniciou sua exposição ressaltando que os professores que a antecederam trouxeram pensamentos aproximados sobre o trabalho, provocando, após uma reflexão, sobre os novos servidores e os motivos que nos levaram a escolher o serviço público, levantando algumas hipóteses, tais como: salário, estabilidade, segurança, garantia de emprego, exigências da iniciativa privada, entre outras.

A debatedora ressaltou que na iniciativa privada, ao trabalhar, enriquecemos a empresa e seu patrão, e no serviço público, quem lucra? Partindo disso, mencionou que o trabalho deveria ser pautado pela prestação de serviço à sociedade e questionou até que ponto o público não

se coloca a serviço do privado.

Nesse cenário, abordou o modelo americano de serviço público, estruturado em dois polos Estado/máquina - servidores/peças. O servidor é visto assim como um mero executor de tarefas, definidas pela cúpula, sem investimento sério em capacitação. Nossas instituições de ensino não investem e nem convidam os servidores a refletir sobre seu trabalho e a buscar capacitação. Partindo desse contexto, fez os seguintes questionamentos: “O que significa ser servidor público no IFRS?” “A Instituição IFRS sabe quem somos nós?” “Será que nos apropriamos do nosso trabalho?”

Após, reiterou que somos conduzidos a reproduzir a lógica existente sem questioná-la e sem transformá-la. É necessário retornar aos princípios do IFRS, mobilizando esforços para buscar justiça, equidade, cidadania e ética nos processos de trabalho de ensino, pesquisa e extensão.

Concluindo, salientou que a gestão necessita reconhecer a coletividade do trabalho, pois ninguém trabalha sozinho, embora ocorra continuamente a ideia do individualismo. Como proposições, sugeriu o dimensionamento de pessoal, estabelecimento de critérios mais coerentes para a alocação de vagas nos câmpus e a real implantação da gestão democrática, caso contrário o trabalhador não terá comprometimento com a instituição da qual ele não participou da construção.

Como última explanação, o professor Marcelo Schmitt propôs-se a apresentar aspectos diferentes dos já referidos anteriormente pelos outros palestrantes, marcadamente marxistas. Iniciou reconhecendo o arcabouço teórico sobre o Trabalho e sobre a forma como trabalhamos, conflitos e divergências, bem como a necessidade de respeitar os colegas.

Posteriormente, iniciou uma discussão sobre “qual o profissional que se quer formar no IFRS para trabalhar no século XXI?” Refletindo sobre as mudan-

ças que isso implica em nosso trabalho, ressaltou que pensar a Instituição que queremos não é uma questão trivial. Questionou acerca dos que querem apenas o emprego.

Sendo o IFRS, um Instituto de Educação, de Ciência e de Tecnologia e sendo, uma Instituição nova, é preciso saber para quem foi feito e como está organizada hoje. O professor Marcelo defendeu a ideia de que uma instituição deve estar a serviço do país e não do governo. Nessa perspectiva, a Escola deve estar a serviço da sociedade, devendo estar em constante debate com o governo.

Em seguida, mencionou que o Instituto Federal é republicano, ressaltando que precisamos parar de agir como súditos, ou seja, esperar que o “rei” resolva, embora criticando a sua forma de agir. É preciso tomar cuidado para não confundirmos a Instituição que queremos com o trabalho que nós desejamos, pois nem toda tarefa é prazerosa. É utopia idealizarmos um ambiente de trabalho perfeito, mas é possível equalizarmos as diferenças e aspirações pessoais.

Também salientou que o que nos faz gostar do nosso trabalho é trabalhar bem, mudando o que pode ser mudado, mas realizando com eficiência as tarefas que são delegadas. Usando exemplos da dinâmica do trabalho nas multinacionais, afirmou que estamos na contramão da história, não tendo as principais competências do século XXI, que são colaboração e trabalho em equipe.

Outros pontos destacados, na finalização da participação do professor Marcelo, foram a relação entre a liberdade e o cumprimento dos objetivos, questões sobre dificuldades cotidianas do trabalho, aceitação da diferença do outro, necessidade de uma nova ética e colaboração entre a gestão e os servidores.

A seguir, foi aberto um espaço para discussões e questionamentos aos debatedores, sendo relevante ressaltar alguns

pontos recorrentes, como:

- Colaboração e trabalho em equipe;
- Prazer em trabalhar;
- Gestão Democrática;
- Papel do Estado na Educação do século XXI;
- Políticas de Gestão em relação aos servidores;
- Pluralidade de ideias no IFRS;
- Projeto de construção de um mundo melhor em nível de Nação.

Ao final, a coordenação da mesa e a relatoria propuseram alguns encaminhamentos, reiterando que é preciso que todos participem da construção de uma Instituição que contemple a coexistência de diferentes concepções e um diálogo permanente e democrático. Isto exige que a Gestão e os Trabalhadores do IFRS reflitam sobre o projeto de Escola (IFRS) e seu papel engajado na transformação da sociedade, considerando as relações entre Trabalho e Educação e o Trabalhador como um sujeito histórico e social, como o próprio Projeto Pedagógico Institucional do IFRS já preconiza.

Neste sentido, aponta-se a necessidade de se repensar algumas questões centrais acerca do “Trabalho como Vivência e a Instituição que Queremos” tais como: a necessidade de um dimensionamento do quadro de pessoal a partir das reais demandas do Trabalho; a estruturação de um processo de acolhida aos servidores; a redefinição do papel da Gestão de Pessoas; a participação coletiva na formulação e na implementação das Políticas de Gestão de Pessoas; a reflexão sobre as relações entre o processo educativo e o trabalho na Escola; a forma como se pretende implantar a Gestão por Competências e a avaliação do trabalho dos servidores do/no IFRS; e, as questões vinculadas a integração social, a acessibilidade e as leis de cotas tanto para alunos como para os trabalhadores do IFRS.